

STAL



Eleições para os Órgãos Nacionais
—— quadriénio 2020 - 2023 ——

Organizar e lutar para **Avançar**

 **Melhorar
Salários**

 **Valorizar
Carreiras**

**Serviços
Públicos de
Qualidade**

VOTA

4 DE DEZEMBRO
dá mais força ao sindicato





António Lopes Marques

Sócio n.º 1837,
CM Caldas da Rainha,
Técnico de Turismo,
70 anos,
Presidente do Conselho Fiscal,
Fundador do STAL.

Mandatário Nacional



**DIA 4
DE DEZEMBRO
dá mais força
ao sindicato**

Votar é dar força ao STAL

Sou hoje o único dirigente sindical fundador do STAL em actividade, o que muito me orgulha. Nunca arredei pé dos meus deveres enquanto associado e ao longo destes 44 anos que decorreram desde a fundação do nosso Sindicato, tudo fiz para cumprir com humildade e empenho as tarefas que me foram confiadas no seio deste grande colectivo.

Por isso, na qualidade de mandatário desta Lista que se apresenta às eleições para os órgãos nacionais e regionais do STAL, que terão lugar a 4 de Dezembro, quero reflectir convosco acerca da importância do acto eleitoral e da participação dos associados neste momento decisivo e insubstituível da organização sindical.

O voto, consagrado na lei sindical e plasmado nos Estatutos do STAL, é ao mesmo tempo um direito e um dever que confere sentido, força e massa crítica a uma organização como a nossa – factores indispensáveis para se alcançar as vitórias do futuro.

Os associados do STAL têm o direito e o dever de participar na definição das orientações da luta pela melhoria das condições de trabalho e de vida no nosso Sector. Por isso votar representa um acto de grande responsabilidade e de plena maturidade sindical.

Sendo um dever sindical, o exercício do direito de voto é pessoal. Se o seu titular não o exercer, perde-se uma parte do seu significado e valor.

O voto dignifica o associado, pois ao exercê-lo está a participar nas escolhas e a assumir responsabilidade na vida da sua organização sindical – o STAL.

Ao votarmos estamos também a dar força aos nossos colegas que assumirão funções de direcção e importantes tarefas no próximo mandato.

Os membros deste grande colectivo têm assim o dever de dar o seu contributo para a busca das melhores soluções, participando na eleição dos seus representantes, a quem é exigida responsabilidade, dedicação, persistência e empenhamento no dia-a-dia.

Ficar alheio aos destinos do Sindicato contribui para o enfraquecimento da nossa estrutura. Pelo contrário, o voto de cada associado fortalece a nossa organização e contribui para o reforço da luta sindical em defesa dos direitos e legítimas aspirações dos trabalhadores.

VOTAR no dia 4 de Dezembro para os órgãos nacionais e regionais do STAL é um imperativo de consciência, é dar força ao STAL, é manifestar confiança nos nossos dirigentes para que prossigam os caminhos da defesa dos direitos de Abril, rumo a novas conquistas nos salários, carreiras, na defesa do Poder Local Democrático e de serviços públicos de qualidade que garantam aos nossos concidadãos uma vida melhor.

António Marques



PROGRAMA DE ACÇÃO E CANDIDATOS AOS ÓRGÃOS NACIONAIS DO STAL

Quadriénio 2020-2023

A *lista A* proposta pela Comissão Executiva Nacional, nos termos dos Estatutos e apoiada pela Direcção Nacional cessante, integra homens e mulheres dos diversos sectores, conjuga a experiência com a renovação e reúne a coragem e a firmeza necessárias para prosseguir a luta pelos direitos dos trabalhadores e a melhoria das condições de vida, pelo fortalecimento do STAL, pela valorização do Poder Local e dos serviços públicos, conquistas de Abril, pela transformação da sociedade no rumo do progresso, da igualdade e da justiça social.



Organizar e lutar para Avançar!

MELHORES SALÁRIOS, CARREIRAS VALORIZADAS, SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE!

As eleições são um momento ímpar de afirmação da democracia e vitalidade do sindicato, sendo por isso indispensável a mobilização e a participação de todos para reforçar a unidade, transmitir esperança e confiança para avançar na defesa e conquista de direitos.

Em 2020, o STAL fará 45 anos, acontecimento especial que merecerá particular atenção. 45 anos de trabalho árduo e de muita luta, de uma força com uma matriz sindical reivindicativa, combativa, de classe e de massas, na qual os trabalhadores confiam, em torno da qual se organizam e mobilizam. Foi com base nestes princípios que o STAL nunca desistiu de lutar - com destaque para o combate vitorioso pelas 35 horas semanais de trabalho – contribuindo fortemente, no âmbito do movimento sindical unitário, para derrotar o governo PSD/CDS-PP e para a criação de uma nova correlação de forças na Assembleia da República que permitiu, nos últimos quatro anos, a reposição de rendimentos e a conquista de direitos.

Contudo, os avanços conseguidos ficaram muito aquém do necessário, consequência das opções do PS e do seu governo que se juntou ao PSD e ao CDS sempre que estiveram em causa as orientações da União Europeia e dos interesses económicos daí decorrentes, desviando os recursos financeiros necessários à melhoria dos salários, à valorização das carreiras, ao reforço dos serviços públicos e ao investimento público, canalizando-

os em vez disso, para alcançar o défice zero, para salvar o sector financeiro, para pagar ruinosas PPP e alimentar o sorvedouro da dívida pública e privada.

O governo desprezou as propostas sindicais que lhe foram apresentadas.

Os principais problemas que afectam os trabalhadores do sector não foram resolvidos: salários, carreiras profissionais, condições de trabalho.

Pela frente temos um novo ciclo político. Os portugueses rejeitaram a maioria absoluta pretendida pelo PS e derrotaram de forma expressiva o PSD e o CDS, confirmando que não esqueceram a política de cortes nos salários, pensões e direitos, o empobrecimento. Apesar do surgimento de pequenos partidos ligados à extrema direita, alguns com concepções abertamente xenófobas e racistas, a esmagadora maioria do eleitorado rejeitou a visão neoliberal, securitária, reacionária e colonialista que lhe está associada, bem como as propostas de redução dos impostos para o capital, a privatização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado e a fragilização dos direitos laborais.

O PS, com a vitória que teve nas eleições, não pode deixar de considerar a representação parlamentar do BE, do PCP e do PEV, e ter presente o sentimento generalizado dos portugueses no que respeita à importância da valorização dos direitos laborais e sociais.

A actual correlação de forças na Assembleia da República permite ir além do que aconteceu na última legislatura, investindo na melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população, valorizando o trabalho e os trabalhadores. Existindo as condições, dependerá da vontade política responder positivamente às reivindicações dos trabalhadores e resolver os problemas.

É neste quadro que exerceremos o próximo mandato, que será por isso muito exigente. Mas, com a nossa determinação e o apoio dos trabalhadores que representamos, saberemos vencer os obstáculos que forem surgindo no nosso percurso porque, agora como sempre, não viraremos as costas à luta e tudo faremos para que os trabalhadores da Administração Local e Regional, das Empresas Públicas e Concessionárias vejam a sua vida dignificada e o seu trabalho valorizado, como forma de afirmar o Poder Local democrático e os serviços públicos. É neste quadro que a *lista A* prosseguirá a luta por melhores condições de vida e de trabalho, assumindo como orientação para a acção reivindicativa os eixos e medidas aprovados na 3ª Conferência Sindical do STAL.

Aumentar os salários, recuperar o poder de compra

O congelamento dos aumentos salariais imposto nos últimos 10 anos aos trabalhadores da Administração Pública, traduziu-se na Administração Local, sector em que a maioria dos trabalhadores auferem salários muito baixos, numa brutal perda de poder de compra de 14%, em média. Os trabalhadores que passaram a auferir os €635,07 ficaram sem os pontos obtidos nas avaliações de desempenho, um autêntico roubo que continuaremos a combater.

Quem trabalha deve poder viver condignamente do seu salário, para tal, o aumento dos salários e a recuperação do poder de compra é uma emergência, pelo que intensificaremos a luta por:

- **Aumento real dos salários**, tendo por base a reivindicação da CGTP-IN de 850 euros no salário mínimo nacional a curto prazo;
- **Reformulação da TRU**, exigindo os €850,00 para a 1ª posição remuneratória e, mantendo a proporcionalidade entre os diversos níveis nos termos do artigo 147.º da LTFP, que todos os níveis remuneratórios sejam actualizados na mesma proporção;
- **Actualização do subsídio de refeição** para €6,50;
- **Regulamentação de todos os suplementos remuneratórios**, nomeadamente do suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, de Isenção de Horário de Trabalho e de Prevenção/Piquete e recuperação do valor total dos acréscimos remuneratórios devidos pela prestação de trabalho suplementar;
- **Uma ADSE pública e solidária**, ao serviço dos beneficiários, reduzindo o valor da comparticipação para 1,5% durante 12 meses;
- **Uma Aposentação com dignidade** e o aumento real das pensões.



Candidatos à Direcção Nacional

Adriano Jorge P. Seixas de Sousa



Sócio n.º 71267,
CM Montemor-o-Novo,
Desenhador Projectista, 46 anos,
Delegado Sindical.

Alcides Manuel Vicêncio Galveia



Sócio n.º 71267,
VALNOR, S.A.,
Motorista, 49 anos,
Membro da DN

Alexandre C. Luz Fernandes



Sócio n.º 50742,
CM do Funchal,
Assistente Administrativo, 44 anos
Membro da DR da Madeira
Membro da DN

Álvaro Manuel R. Conceição



Sócio n.º 85512,
CM do Porto,
Técnico Informática grau 2, 54 anos.
Membro da DR do Porto

Ana Catarina Coelho Pinto



Sócio n.º 81636,
DESMOR, E.M.,
Assistente Administrativa, 43 anos.
Delegado sindical.

Ana Maria Barros Moreira



Sócio n.º 89910,
CM Matosinhos,
Auxiliar de acção educativa, 41 anos.
Membro da DR do Porto
Membro da DN

Ana Maria Gomes S. Gandaio



Sócio n.º 86437,
CM de Aveiro,
Coordenadora Técnica, 62 anos.

Ângela Mónica Cabral Arruda



Sócio n.º 87062,
CM da Praia da Vitória,
Assistente Administrativa, 38 anos
Membro da DR de Angra do Heroísmo
Membro da DN

António Augusto P. da Conceição



Sócio n.º 23723,
CM Águeda,
Técnico de Construção Civil, 66 anos
Coordenador da DR de Aveiro,
Membro da DN

António Fernando Oliveira Costa



Sócio n.º 36388,
CM Ponta Delgada,
Motorista, 54 anos
Membro da DR de Ponta Delgada
Membro da DN

António João M. Monteiro



Sócio n.º 18757,
CM do Funchal,
Fiscal dos Serviços de Higiene e
Limpeza, 55 anos
Coordenador da DR da Madeira,
Membro da DN

Dignificar as carreiras e profissões

A Lei n.º 12-A/2008 arrasou as carreiras profissionais, introduziu a polivalência e a generalização das funções, eliminou na prática as promoções e condicionou as progressões ou a chamada opção gestionária à obtenção de 10 pontos por via de um sistema de avaliação profundamente arbitrário e injusto, o que para a esmagadora maioria dos trabalhadores significa 10 anos para progredir. Tudo isto contribuiu para a degradação da qualidade dos serviços públicos. Em relação às carreiras “não revistas”, as propostas governamentais foram sempre no sentido de as desvalorizar e reduzir a uma única categoria, merecendo a forte oposição dos trabalhadores e do STAL. Por tudo isto, prosseguiremos

em defesa de um regime de carreiras digno desse nome, que valorize os trabalhadores e as profissões, exigindo:

- **Recuperação de todas as carreiras gerais, especiais e corpos especiais**, com base na estrutura existente antes da Lei 12-A/2008, com as devidas adaptações;
- **Recuperação e valorização das profissões**, com regras eficazes e justas de progressão e promoção;
- **Recuperação de todo o tempo de serviço** para efeitos de progressão, incluindo a salvaguarda dos pontos obtidos na avaliação de desempenho e não utilizados;
- **Revogação do SIADAP**, substituindo-o por um sistema de avaliação justo, simplificado e isento de quotas.

Trabalho com direitos, erradicar a precariedade

A destruição do vínculo, o subfinanciamento dos serviços públicos, os cortes cegos, a redução obrigatória e limitações à contratação de trabalhadores, o uso abusivo da contratação a termo e do trabalho temporário, o falso trabalho independente, a utilização dos estágios e dos desempregados, empurraram milhares de trabalhadores para a precariedade. O PREVPAP revelou-se insuficiente, continuando por regularizar a situação de milhares de trabalhadores. O recurso ao trabalho precário continua a ser uma prática corrente na Administração Local e as alterações à legislação laboral aprovada no final da última legislatura pelo PS, com o apoio do PSD e CDS legitimam e fomentam a precariedade. É um imperativo

António M. Figueiras dos Santos



Sócio n.º 28218,
Águas de Santarém,
Pedreiro, 52 anos
Membro da DR de Santarém
Membro da DN

António Paulo Ramos dos Reis



Sócio n.º 100935,
CM de Benavente,
Coordenador técnico, 50 anos,
Delegado sindical.

Benvinda F. L. Borges Santos



Sócia n.º 46648,
CM Angra do Heroísmo,
Assistente Adm. Especialista, 49 anos,
Coordenadora da DR de Angra do
Heroísmo,
Membro da DN.

António Manuel R. Magalhães



Sócio n.º 11697,
CM de Amadora,
Cantoneiro de Limpeza, 59 anos
Membro da DR de Lisboa

António Ricardo S. Ferreira



Sócio n.º 36921,
CM de Lousada,
Polícia Municipal, 59 anos
Membro da DR do Porto
Membro da DN

Bruno Miguel Martins Luz



Sócio n.º 99033,
JF São Bartolomeu de Messines,
Pedreiro, 32 anos,

António Manuel Soares Nunes



Sócio n.º 92776,
EcoLezíria,
Porteiro, 52 anos
Delegado sindical.

Armando Manuel Oliveira Silva



Sócio n.º 92861,
Bombeiros Novos de Aveiro,
Motorista, 57 anos
Delegado Sindical
Membro da DN

Carlos Alberto Calhas Filomeno



Sócio n.º 6845,
CM de Gavião,
Operador de Estação Elevatória, 61 anos
Membro da DR de Portalegre
Membro da DN

António Manuel Oliveira Rosa



Sócio 77283,
Bombeiros Sapadores de Coimbra,
Bombeiro Sapador, 42 anos
Delegado sindical.

Baltazar Afonso F. Gonçalves



Sócio 6140,
CM Braga – AGERE/EM,
Mecânico Auto, 58 anos
Coordenador da DR de Braga,
Membro da DN.

Carlos Alexandre Charneca Leal



Sócio n.º 69386,
CM Montemor-o-Novo,
Técnico de SIG, 38 anos,
Dirigente Regional
Membro da DN

acabar com o flagelo do trabalho precário pelo que daremos toda a força à exigência de:

- **Integração de todos os trabalhadores** que se encontrem em situação de precariedade, reivindicando a abertura dos concursos e o respeito pela carreira/posição remuneratória correspondente à antiguidade do exercício das respectivas funções;
- **Eliminação de todas as normas legais**, nomeadamente, do regime dos contratos emprego inserção (CEI), que permitem a precariedade e o recurso ao trabalho temporário para responder a necessidades permanentes dos serviços;
- **Alteração do regime de contratos de trabalho a termo certo** por forma a condicionar a sua

aplicação e que permita a sua passagem a contratos sem termo;

- **Fim da externalização de serviços** e subcontratação de trabalhadores, com garantia de contratação directa para postos de trabalho que respondam a necessidades permanentes;
- **Inclusão de cláusulas nos concursos públicos** para contratação de serviços ou concessões, bem como nos da criação de entidades empresariais municipais, que impeçam o recurso a contratação precária, recurso a empresas de trabalho temporário e utilização de mão-de-obra barata;
- **Garantia do ingresso na carreira em lugares dos mapas de pessoal**, dos estagiários com contrato celebrado para o efeito;

- **Mais meios e competências para a ACT** e uma intervenção e fiscalização mais eficazes que impeçam o recurso à contratação de trabalhadores com vínculo precário para o desempenho de funções permanentes.

Melhorar as condições de trabalho

A luta por melhores condições de trabalho tem que assumir a devida importância na acção do conjunto do sindicato. Os trabalhadores da Administração Local e Regional asseguram actividades essenciais, algumas marcadas por um elevado grau de insalubridade, penosidade e risco. As condições de trabalho existentes são de um modo geral más e muitos equipamentos e instrumentos de trabalho estão obsoletos e são desadequados. A polivalência, o incumprimento da

Carlos Fernando Costa Martins



Sócio n.º 40944,
CM Mondim de Basto,
Fiscal Municipal, 49 anos
Coordenador da DR de Vila Real,
Membro da DN

Carlos Manuel Faia Fernandes



Sócio n.º 89620,
SMAS de Sintra,
Técnico SIG, 42 anos
Membro da DR de Lisboa
Membro da DN

Carlos Rodrigues Maceda



Sócio n.º 16999,
CM de Espinho
Pedreiro, 56 Anos

Catarina Joana Palma Azevedo



Sócia n.º 89703,
ECALMA,
Operadora de equipamento, 38 anos

Cristina Maria Saavedra Torres



Sócia n.º 22300,
CM de Loures,
Assistente Administrativa, 53 anos,
Membro da DR de Lisboa
Membro da DN

Edmundo João R. Marques



Sócio n.º 86776,
Resiestrela, SA
Motorista, 42 Anos

Eduardo da Rocha Ferreira



Sócio n.º 23233,
Águas de Gondomar,
Leitor Cobrador de Consumos, 66 anos,
Coordenador da DR do Porto
Membro da DN

Eduardo Rodrigues dos Santos



Sócio n.º 30020,
CM de Valongo,
Trolha Principal, 62 anos,
Membro da DR do Porto,
Membro da DN

Elsa Cristina Guerreiro Lopes



Sócia n.º 62787,
CM de Constância,
Psicóloga, 50 anos
Coordenadora da DR de Santarém,
Membro da DN

Elsa Maria G. Paiva Arruda



Sócia n.º 24703,
CM de Loures,
Antropóloga, 53 anos,
Delegada Sindical

Emanuel J. C. Borges de Oliveira



Sócio n.º 26647,
CM Ribeira Grande,
Carpinteiro, 49 anos,
Membro da DR de Ponta Delgada
Membro da DN

Fernando José Tavares Moitas



Sócio n.º 51973,
CM Tábua,
Calceteiro, 49 anos,
Membro da DR de Coimbra
Membro da DN

legislação, o envelhecimento da mão-de-obra, a falta de prevenção e de avaliação dos riscos, agravam a realidade. Prejudicando gravemente os trabalhadores, PS e PSD, com a abstenção do CDS, chumbaram os projectos de lei que visavam a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco e a reposição da justa reparação por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional.

Reafirmando a luta pela segurança e saúde dos trabalhadores a nossa acção reivindicativa continuará orientada para:

- **Prosseguir a luta por uma verdadeira cultura de saúde e segurança do trabalho** com organização de serviços de Segurança e Saúde nos locais de trabalho, cumprindo-se a lei e rejeitando a “medicina e a segurança avulsas”;

- **Pugnar pela identificação, nos locais de trabalho**, das diversas actividades, profissões e tarefas de cada um, e dar combate à polivalência;
- **Exigir a realização de avaliações de risco nos locais de trabalho** e nas diversas actividades, essenciais à definição da protecção colectiva e individual e ao combate à sinistralidade laboral;
- **Defender a sensibilização e formação contínua de todos os trabalhadores** como prática integrada na política de segurança e saúde;
- **Exigir o respeito pelo direito de negociação de regulamentos internos** destinados a questões específicas nomeadamente controlo de alcoolemia e substâncias psicotrópicas, dados biométricos e videovigilância;

- **Exigir o direito de acompanhar a organização do trabalho**, na definição e implementação nomeadamente de horários de trabalho, trabalho nocturno e por turnos, ritmos de trabalho e pausas;
- **Lutar pelo reconhecimento de actividades de elevada insalubridade, penosidade e risco** na Administração Local e Regional, com a consequente implementação deste suplemento;
- **Continuar a luta pelo direito à justa reparação em caso de acidente de trabalho/doença profissional**, nos moldes aplicáveis aos trabalhadores do sector privado;
- **Reforçar e valorizar os representantes dos trabalhadores** para a SST, facilitando a realização dos processos eleitorais.

Francisco de Freitas Matos



Sócio n.º 5452,
CM Guimarães,
Fiscal Municipal Especialista Principal,
61 anos,
Membro da DR de Braga,
Membro da DN

Helena Isabel Duarte Neves



Sócia n.º 85853,
CM Avis,
Técnico Superior, 36 anos,
Membro da DR de Portalegre
Membro da DN

Hugo André Melício Negrier Dias



Sócio n.º 101360,
Tratolixo,
Operador, 34 anos

Francisco Manuel Cordeiro



Sócio n.º 21681,
CM de Sesimbra,
Canalizador-Encarregado, 55 anos,
Membro da DR de Setúbal

Hélia Fernanda S. S. Amarante



Sócia n.º 78705,
CM de Velas,
Técnica Profissional de Construção
Civil, 33 anos

Hugo Jorge Nunes Mestre



Sócio n.º 101034,
Parques Tejo
Agente de Fiscalização
Estacionamento, 46 anos

Gina Maura Medeiros de Sousa



Sócia n.º 880442,
CM Madalena,
Assistente Administrativa, 42 anos
Membro da DR da Horta
Membro da DN

Hélio José Vieira da Encarnação



Sócio n.º 36578,
CM Albufeira,
Pintor, 61 anos
Coordenador da DR de Faro
Membro da DN

Humberto de Jesus Cordeiro Isca



Sócio n.º 35595,
AmbiOlhão,
Condutor de Máquinas e Veículos
Especiais, 55 anos,
Membro DR de Faro

Guilhermina Maria Homem Bispo



Sócia n.º 52217,
CM Castelo Branco,
Assistente Administrativo, 57 anos
Membro da DR de Castelo Branco
Membro da DN

Henrique J. Robalo Vilallonga



Sócio n.º 24977,
CM Serpa,
Desenhador, 64 anos
Membro da DR de Beja
Membro da DN

Jaime Alexandre Conceição Rosa



Sócio n.º 105285,
ResiAlentejo
Electromecânico, 40 Anos

Valorizar a negociação e promover a contratação colectiva

A negociação e a contratação colectiva são direitos fundamentais dos trabalhadores e um instrumento essencial para a melhoria das condições de vida e de trabalho, que continuaremos a desenvolver em todos os sectores, assumindo como prioridades:

- **Definir os locais de trabalho prioritários** e dinamizar a acção e luta reivindicativa, construindo cadernos reivindicativos com base nas justas aspirações dos trabalhadores, nomeadamente: valorização salarial, redução do horário de trabalho para as 35 horas, reposição dos 25 dias úteis de férias e dos valores do trabalho suplementar e descanso compen-

satório; fixação de carreiras e categorias que valorizem os trabalhadores; combate à polivalência, flexibilidade, bancos de horas; limitação do trabalho por turnos e nocturno;

- **Apoiar a intervenção sindical** nesta frente de trabalho, mobilizando os meios técnicos e humanos necessários;
- **Exigir a revisão da Lei de Trabalho em Funções Públicas**, adequando-a à Administração Local e Regional, especialmente as normas redutoras da contratação colectiva, as permissivas da precariedade e outras que retiraram direitos, nomeadamente nos tempos de trabalho, férias e faltas;
- **Lutar pela revogação dos aspectos mais gravosos do Código do Trabalho**, que

fragilizam e obstaculizam a efectivação do direito à contratação.

Afirmar o Poder Local Democrático, defender os serviços públicos

A luta por melhores direitos, sempre foi e continuará a ser, a luta por um Poder Local Democrático - uma das mais importantes conquistas de Abril - ao serviço das populações e do desenvolvimento, que respeite e valorize os seus trabalhadores, pelo que continuaremos a exigir:

- **Um regime de finanças locais que consagre a autonomia** e o reforço da capacidade financeira das autarquias, dotando-as dos meios financeiros para responder às necessidades e aspirações das populações;

Joana Fernandes Marques



Sócia n.º 79090,
CM de Sintra
Assistente Administrativo, 38 anos
Membro da DR de Lisboa
Membro da DN

João Carlos Santos Marques



Sócio n.º 53765,
SMAS Caldas da Rainha
Condutor de Máquinas e Veículos
Especiais, 49 anos

João Manuel Monteiro Santos



Sócio n.º 93184,
CM de Cascais
Fiscal, 54 anos,

João António de Sousa Correia



Sócio n.º 25657,
CM de Viana do Castelo,
Assistente Administrativo, 58 anos
Membro da DR de Viana do Castelo
Membro da DN

João José Carajo Castelo



Sócio n.º 84285,
CM de Portalegre,
Carpinteiro de limpos, 54 anos
Membro da DR de Portalegre

João Paulo Soares de Sousa



Sócio n.º 8837,
CM Almada,
Fiscal Municipal Principal, 60 anos
Coordenador da DR de Setúbal,
Membro da DN,

João Carlos Lopes Serra



Sócio n.º 47077,
CM Viseu,
Condutor de Máquinas e Veículos
Especiais, 47 anos
Membro da DN

João Luís Santos Freitas



Sócio n.º 67486,
Águas da Região de Aveiro,
Operador de Estações Elevatórias,
51 anos

João Pedro Carvalho Correia



Sócio n.º 48021,
CM Lousã,
Jardineiro, 53 anos,
Membro DR de Coimbra
Membro da DN

João Carlos Q. Samina Coelho



Sócio n.º 73311,
CM Loures,
Assistente de Acção Educativa, 49 anos
Coordenador da DR de Lisboa
Membro da DN

João Manuel Claro dos Santos



Sócio n.º 16883,
Águas da Região de Aveiro,
Técnico de aparelhos de micromedição,
57 anos
Membro da DR de Aveiro
Membro da DN

Joaquim A. Carvalho de Sousa



Sócio n.º 49175,
AMARSUL, EM
Condutor Máquinas Pesadas e Veículos
Especiais, 59 anos
Membro da DN

- A **valorização e adequação das carreiras dos trabalhadores** da Administração Local e Regional à realidade da intervenção das autarquias e a fixação de pessoal operário e técnico qualificado, formação profissional, melhoria das condições de trabalho, indispensáveis a uma gestão pública de qualidade;
- O **reforço do carácter democrático e participado**, preservando a colegialidade dos órgãos executivos, valorizando o papel dos órgãos deliberativos;
- A **reposição das freguesias extintas** contra a vontade das populações e a valorização destas autarquias bem como das condições de exercício dos mandatos.

A defesa, melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos,

continuará a ser uma prioridade, pois como a realidade tem demonstrado, a privatização/concessão e externalização de serviços levam à perda de qualidade, ao aumento de custos e preços e à degradação e destruição de postos de trabalho. Continuaremos a lutar por:

- **Fim das privatizações/concessões** e o regresso aos municípios dos serviços públicos privatizados;
- **Propriedade e gestão públicas da água, saneamento e resíduos** e a construção de serviços públicos de qualidade, democráticos e participados, como garantia da universalidade do acesso por parte das populações;
- **Consagração legal do direito à água e ao saneamento** como bem essencial à vida, competindo ao Estado garantir e assegurar o seu efectivo cumprimento;

- **Reforço e valorização da autonomia e das atribuições e competências municipais** na prestação dos serviços de água, saneamento e resíduos, dotando-os dos meios humanos e financeiros necessários;
- **Combater a agregação de serviços de água** em «baixa» e das ingerências da ERSAR;
- **Financiamento e políticas de coesão territorial** que permitam aos territórios que, por razões específicas, incorram em especial esforço económico para garantir os serviços de água e resíduos, o possam fazer em condição de sustentabilidade e acessibilidade económica para as suas populações.

Jorge Manuel Cruz Lourenço



Sócio n.º 59445,
Bombeiros Voluntários da Covilhã,
Telefonista, 56 anos

José Alberto Valente Rocha



Sócio n.º 28144,
SMAS de Castelo Branco,
Cantoneiro de Limpeza, 53 anos
Coordenador da DR de Castelo Branco
Membro da DN

José Augusto Tenreiro



Sócio n.º 34080,
CM de Trancoso,
Carpinteiro de limpos, 56 anos

Jorge M. de Oliveira Gomes



Sócio n.º 20598,
CM Bombarral,
Pedreiro, 51 anos,
Membro da DR de Leiria
Membro da DN

José Alexandre Magno Pinto



Sócio n.º 89877,
CM Armamar,
Assistente Administrativo,
45 anos,
Membro da DR de Viseu

José Dias Mesquita



Sócio n.º 38836,
CM Vila Nova de Famalicão,
Encarregado, 59 anos,
Membro da DR de Braga
Membro da DN

Jorge Palma Pereira



Sócio n.º 81700,
Bombeiros Voluntários de Nisa,
Bombeiro-Motorista, 55 anos

José António de Oliveira Cardoso



Sócio n.º 22156,
CM Nisa,
Fiel de Armazém, 53 anos
Coordenador da DR de Portalegre
Membro da DN

José Fernandes Esteves Costa



Sócio n.º 29731,
Rede Ambiente Engenharia e Serviços,
Cantoneiro de Limpeza, 60 anos,
Delegado sindical

José Agostinho R. Santana



Sócio n.º 49193,
CM Alcácer do Sal,
Vigilante, 44 anos,
Membro DR de Setúbal
Membro da DN

José António Vara Freire



Sócio n.º 78877,
CM Vimioso,
Encarregado dos Serviços de Higiene e
Limpeza, 55 anos
Coordenador da DR de Bragança
Membro da DN

José Joaquim de Miranda Correia



Sócio n.º 67311,
CM Évora,
Técnico Superior de Desporto, 57 anos,
Membro da DR de Évora,
Coordenador da DN do STAL

Combater a municipalização das funções sociais, lutar pela Regionalização

O governo anterior, com o apoio do PSD, avançou com um vasto processo de transferência de competências para as autarquias, envolvendo as funções sociais do Estado, como a saúde e a educação, erradamente chamado de descentralização, desde logo, porque ignora a Regionalização, sem a qual não há uma real e efectiva descentralização. Os objectivos e consequências são claros: descartar responsabilidades da Administração Central, abrir espaço à privatização de serviços públicos, pondo em causa o seu carácter universal e os direitos de milhares de trabalhadores.

Noutro plano, a transferência de competências dos municípios para as freguesias, ameaça igualmente importantes direitos dos trabalhadores. É neste quadro que manteremos uma forte intervenção para:

- Proteger e garantir os direitos laborais;
- Defender a autonomia local e a recuperação das condições das autarquias para o pleno exercício das actuais atribuições e competências;
- Exigir a criação das Regiões Administrativas, factor de democracia e instrumento de combate às assimetrias regionais;
- Defender intransigentemente a universalidade das funções sociais do Estado como a educação, saúde, protecção social, habitação, cultura,

condições essenciais para a igualdade ao seu acesso por parte das populações.

Um STAL mais forte, dinâmico e representativo

O STAL é a maior e mais representativa organização sindical do sector porque os trabalhadores confiam no seu Sindicato. Esta confiança é o resultado da acção coerente e firme, que nos distingue e da qual nos orgulhamos, em defesa da melhoria das condições de trabalho e de vida, caminho que tem vindo a ser seguido e que nos comprometemos a prosseguir, reforçando, organizando, reivindicando, dinamizando a luta, a participação e a unidade, reafirmando o STAL como um sindicato de classe, unitário e de massas, profundamente ligado aos trabalhadores e à defesa intransigente

José Manuel Batista Leitão



Sócio n.º 42486,
CM Vendas Novas,
Técnico Superior de Cultura, 58 anos
Membro da DR de Évora
Membro da DN

Ludgero P. Nascimento Pintão



Sócio n.º 65820,
CM Sintra,
Marceneiro Qualificado, 41 anos
Membro da DR de Lisboa
Membro da DN

Luís Manuel Lopes Fernandes



Sócio n.º 49912,
CM Oliveira de Azeméis,
Técnico Superior de Administração
Pública e Regional, 48 anos,
Membro da DR de Aveiro,
Membro da DN

José M. C. da Costa Pereira



Sócio n.º 6232,
CM Viana do Castelo,
Assistente Administrativo, 61 anos
Membro da DR de Viana do Castelo
Membro da DN

Ludovina M. Gomes de Sousa



Sócia n.º 52895,
CM Melgaço,
Técnica Profissional BAD, 52 anos
Coordenadora DR de Viana do Castelo
Membro da DN

Luísa Maria Moura R. Silva



Sócia n.º 80972,
CM Coimbra,
Historiadora de Arte, 45 anos,
Coordenadora da DR de Coimbra
Membro da DN

José Manuel Lopes Catalino



Sócio n.º 28528,
SMAS - CM Guarda,
Fiscal de Águas e Saneamento,
51 anos
Coordenador da DR da Guarda
Membro da DN

Luís Alexandre Duarte Marcelino



Sócio n.º 90010,
ALVT - Grupo Águas de Portugal,
Técnico Operativo, 34 anos,
Membro da DN

Manuel da Silva Ravara



Sócio n.º 95029,
ERSUC-Aveiro
Serralheiro, 49 anos,
Membro da DN

José Maurício Carvalho



Sócio n.º 26166,
CM do Funchal,
Operador Técnico, 54 anos,
Membro da DN

Luís Filipe Tavares Silva



Sócio n.º 77176,
Bombeiros Voluntários de Figueira de
Castelo Rodrigo,
Motorista, 45 anos

Manuel dos Santos Pereira



Sócio n.º 12165,
CM Marinha Grande,
Mecânico, 63 anos
Coordenador da DR de Leiria,
Membro da DN

dos seus direitos, à causa do Poder Local Democrático, dos valores de Abril, da construção de um Portugal soberano e com futuro!

Fortalecer a organização

Nos últimos quatro anos, o STAL continuou a lutar, reforçou-se e está hoje melhor preparado para prosseguir o combate. Mas precisamos de fazer mais e melhor para defender os trabalhadores que representamos. Para isso é indispensável reforçar a organização sindical e dinamizar a acção reivindicativa, pelo que nos propomos:

Acompanhar e apoiar o funcionamento da estrutura sindical, incentivando o trabalho coletivo e a democracia interna, valorizando a unidade, a solidariedade e o princípio da responsabilidade e responsabilização de acção e de funções;

- **Aprofundar e melhorar a ligação às regiões**, estruturas fundamentais da organização, implantação e acção junto dos trabalhadores, tendo sempre em atenção os problemas e especificidades com que aquelas se deparam;
- **Reforçar e ampliar a rede de delegados sindicais**, analisando o seu funcionamento e, onde o mesmo não estiver de acordo com as necessidades de resposta concreta aos problemas dos trabalhadores, encontrar as soluções mais adequadas;
- **Apoiar de forma mais directa os delegados sindicais** nos locais de trabalho, particularmente no funcionamento institucional das reuniões das comissões sindicais, colaborando na tomada de decisões;
- **Realizar, de forma assídua,**

reuniões descentralizadas de delegados e activistas sindicais para potenciar a nossa intervenção;

- **Dar atenção à qualidade dos quadros sindicais**, promovendo a sua eleição com regularidade e apostar na sua formação no plano político e sindical, permitindo-lhes encontrar as respostas adequadas, à defesa, promoção e alargamento dos direitos dos trabalhadores que os elegeram.
- **Aumentar o número de representantes dos trabalhadores para a SST**, melhorando o seu acompanhamento e formação e a capacidade de resposta nesta importante frente de trabalho;
- **Reforçar a eleição de trabalhadores para as Comissões Paritárias**, no âmbito do processo de avaliação;

Manuel João Almeida Lopes



Sócio n.º 85248,
CM Alfândega da Fé,
Coordenador Técnico, 43 anos,
Membro da DR de Bragança

Maria Clara Martins Nogueira



Sócia n.º 44358,
CM Valongo,
Assistente Administrativa, 62 anos,
Membro da DR do Porto

Maria Inês Teixeira Tomé



Sócio n.º 81176,
CM Guarda
Jardineira, 49 anos
Membro da DR da Guarda

Manuel Joaquim Ferreira Sousa



Sócio n.º 70015,
CM de Braga - TUB,EM,
Encarregado Geral, 60 anos
Membro da DR de Braga
Membro da DN

M.ª Conceição Pereira da Costa



Sócia n.º 88299,
CM Ponte de Lima
Assistente Administrativa, 55 anos,
Membro da DR de Viana do Castelo
Membro da DN

Maria José O. Nascimento Rosa



Sócia n.º 76991,
Parques Sintra - Monte da Lua,
Operadora de Bilheteira, 44 anos

Marco António Fortio Calhau



Sócio n.º 105229,
Bombeiros Voluntários de Mora,
Motorista, 41 anos

Maria de Fátima Amaral



Sócia n.º 47711,
SIMAR-Loures/Odivelas,
Socióloga, 62 anos
Membro da DR de Lisboa
Membro da DN

Maria Luísa Teixeira Fernandes



Sócia n.º 87313,
CM Viseu,
Jardineira, 51 anos
Membro da DR de Viseu

Marco Manuel Matos Melchior



Sócio n.º 45387,
CM Covilhã,
Leitor Cobrador de Consumos, 45 anos,
Membro da DR de Castelo Branco,
Membro da DN

Maria Inês Reis Canelas da Silva



Sócio n.º 92035,
CM Lagos,
Técnica Superior de Comunicação,
44 anos,
Membro da DR de Faro

Maria Manuela R. Vila Boas



Sócia n.º 96450,
CM Barcelos,
Fiscal Municipal, 51 anos
Membro da DR de Braga

- **Introduzir no dia-a-dia do trabalho** da estrutura sindical a “ficha” de acção sindical integrada;
- **Realizar um Encontro Nacional** sobre Organização.

Aumentar a sindicalização

A sindicalização está na base da organização do local de trabalho. Sem sindicalização não há sindicato. O sindicato ganha sempre mais força com a sindicalização: porque representa mais trabalhadores; porque garante mais recursos para desenvolvimento da acção e porque aumenta a diversidade profissional que representa. A sindicalização é indissociável do conhecimento dos locais de trabalho, da ligação permanente aos trabalhadores. Hoje, como ontem, o trabalhador sindicaliza-se e participa porque encontra no

sindicato respostas para os seus problemas e anseios. Num universo de mais de 150 mil trabalhadores da Administração Local e Regional, a que se somam todos os que se venham a integrar, o trabalho de sindicalização é um campo imenso de trabalho e uma batalha diária que tem de estar sempre presente!

Reafirmando a sindicalização como uma prioridade estratégica, trabalharemos para:

- **Sindicalizar pelo menos 12 500 trabalhadores**, dando particular relevo aos jovens, mulheres e quadros técnicos;
- **Promover campanhas de sindicalização**, definindo prioridades, planos, metas específicas, afectando os meios necessários e inovando nas abordagens, avaliando regularmente a execução;

- **Elaborar materiais específicos** de contacto com os trabalhadores, em especial os mais jovens;
- **Tomar medidas e agir no imediato** para inverter casos de dessindicalização;
- **Reforçar o trabalho reivindicativo** e organizativo junto dos trabalhadores aposentados, apelando à sindicalização e/ou à sua continuidade;
- **Manter e celebrar novos acordos e protocolos** que possibilitam benefícios e regalias aos associados, como contributo para a melhoria da situação dos trabalhadores sindicalizados.

Maritza Moreira Abreu Pereira



Sócia n.º 64162,
CM Santa Cruz,
Assistente Administrativa, 41 anos
Membro da DR da Madeira
Membro da DN

Nuno Ricardo Pereira S. Braga



Sócio n.º 87175,
TUB-EM, Braga
Fiscal, 41 anos
Delegado Sindical

Paulo Henrique O. Tavares Silva



Sócio n.º 96183,
Águas do Centro Litoral,
Técnico Frota, 37 anos
Delegado Sindical

Marlene Maria Sousa Maricato



Sócia n.º 68311,
CM Montemor-o-Velho,
Topógrafa, 44 anos,
Membro da DR de Coimbra
Membro da DN

Oswaldo C. Mestre Rodrigues



Sócio n.º 43126,
CM Mértola,
Fiscal Municipal, 55 anos
Membro da DR de Beja
Membro da DN

Pedro Branco Rebelo



Sócio n.º 91764,
SMAS de Almada,
Gestor de Stocks, 38 anos
Membro da DR de Setúbal
Membro da DN

Norberto Sousa Tavares



Sócio n.º 12361
CM Vila do Porto,
Fiscal Municipal, 58 anos

Patrícia Maria Marques Teixeira



Sócia n.º 55382,
CM Alcochete,
Auxiliar Administrativa, 43 anos
Membro da DR de Setúbal
Membro da DN

Pedro Miguel Lopes Tavares



Sócio n.º 97101
Águas de Lisboa e Vale do Tejo,
subsistema do Norte Alentejano,
Electromecânico, 44 anos,
Membro da DR de Portalegre
Membro da DN

Nuno Miguel F. Santos Ferreira



Sócio n.º 80243,
SIMARSUL
Técnico de Manutenção, 48 anos
Delegado Sindical
Membro da DN

Paula Cristina de Carvalho Dias



Sócia n.º 96850,
CM Chaves,
Assistente Administrativa, 44 anos
Membro da DR de Vila Real

Pedro Miguel Soares Couto



Sócio n.º 92878,
Águas do Centro Litoral, SA,
Técnico de Instrumentação, 43 anos,
Delegado Sindical
Membro da DN

Intensificar e dinamizar a luta

A luta dos trabalhadores é determinante para concretizar a recuperação e avanços nos direitos, como demonstram os tempos recentes. E é nos locais de trabalho e no reforço da luta que reside a contribuição decisiva para atingir os objectivos mais imediatos, mas também para a elevação da consciência social e política dos trabalhadores. Apesar dos avanços conseguidos nestes últimos anos, persistem enormes desigualdades no País, e o nosso sector continua marcado por graves problemas que exigem mais luta e acção reivindicativa. É com este objectivo que continuaremos a trabalhar, definindo e construindo orientações, propostas e formas de participação mobilizadoras, combinando os

problemas que unem todos os trabalhadores com as questões específicas que são sentidas de forma mais intensa por quem as vive, reforçando a unidade e a convergência na acção. Para isso é indispensável reforçar e melhorar o funcionamento dos diversos departamentos e frentes de trabalho, pelo que iremos:

- **Prosseguir o investimento na propaganda, informação e comunicação sindical** para garantir: uma comunicação rápida e eficaz com os delegados, activistas e associados, nomeadamente através da edição de informação aprofundada e detalhada e com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação; manter a publicação do Jornal do STAL, estimulando o seu aproveitamento nos locais de trabalho

como instrumento de informação e de propaganda; manter o envio regular de newsletters; melhorar o apetrechamento técnico do departamento e capacitação das Regiões nesta importante frente; dinamizar a página do STAL nas redes sociais; consolidar a regularidade e a publicação em formato digital do Boletim de Estudos e Ideias; continuar o trabalho que tem sido levado a cabo na melhoria da página do STAL na Internet.

- **Continuar a reforçar as frentes de trabalho:** Contratação Colectiva, Defesa do Poder Local Democrático e dos Serviços Públicos; Igualdade; STAL Jovem; Metrologia, Transportes, Quadros Técnicos; Bombeiros; Polícia Municipal, Fiscalização, Aposentados

Ricardo Jorge B. Fernandes



Sócio n.º 97511,
CM de Peniche,
Técnico de Informática, 37 anos,

Rui Miguel Brites Ribeiro



Sócio n.º 50900,
CM de Pinhel,
Operador de rede em alta, 48 anos,
Membro da DR
Membro da DN

Sérgio André F. Paulo Ferreira



Sócio n.º 97147,
CM de Bragança,
Sociólogo, 44 anos
Membro da DN

Ricardo Jorge Oliveira Balona



Sócio n.º 80507,
CM Sines,
Medidor Orçamentista, 40 anos,
Membro da DR de Setúbal
Membro da DN

Rui Pedro das Neves Pinheiro



Sócio n.º 69976,
Águas do Tejo Atlântico,
Electricista de manutenção, 40 anos
Membro da DR de Lisboa
Membro da DN

Tânia Sofia dos Anjos Ribeiro



Sócia n.º 33643,
CM Moita,
Técnica Superior de administração local
e regional e autárquica, 40 anos
Membro da DR de Setúbal

Rosária Maria Dias Pereira Leão



Sócia n.º 47708,
CM Albufeira,
Assistente Administrativa, 55 anos
Membro da DR de Faro
Membro da DN

Rui Pedro Soares Ávila



Sócio n.º 90653,
CM Lages do Pico,
Coordenador Técnico, 45 anos,

Tiago da Costa Martinho



Sócio n.º 10174,
CM de Lisboa,
Conductor de Máquinas Pesadas e
Veículos Especiais, 34 anos

Rui Filipe Nunes Marreiros



Sócio n.º 70010,
EMAS, EEM,
Fiel de Armazém 48 anos,
Membro da DR de Beja,
Membro da DN

Sara Isabel F. Brum Vieira



Sócia n.º 33643,
CM Horta,
Técnica de Biblioteca Arquivo e
Documentação, 53 anos
Coordenadora da DR da Horta,
Membro da DN

Valter Ricardo Borralho Lóios



Sócio n.º 59880,
CM de Arraiolos,
Cantoneiro de Arruamentos, 38 anos
Membro da DR de Évora,
Membro da DN

/Reformados, Paz e Emigração, entre outras, assegurando o seu funcionamento regular e mais eficaz ao nível da Direcção Nacional e das Regiões, responsabilizando mais quadros e afectando mais meios.

No plano geral da luta, é inquestionável a importância da CGTP-IN e da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) e da nossa participação nestas estruturas. Participação que continuará a ser activa e interventiva, contribuindo, no caso da FCSAP, para melhorar a sua organização e funcionamento e a capacidade de resposta às questões reivindicativas dos trabalhadores da Administração Pública, em particular, e, de uma forma mais geral, à defesa dos serviços públicos, e no caso da CGTP-IN, contribuindo com a nossa experiência e trabalho para

um movimento sindical forte, unido, organizado e de classe, em defesa dos direitos dos trabalhadores, da liberdade sindical e da democracia.

Continuaremos a promover convergências com outros sectores laborais e sociais em torno de causas comuns, como é o caso da luta em defesa da água pública, no âmbito da campanha «Água é de todos», que manteremos, e perante as diversas iniciativas no plano social, disponíveis para cooperar, avaliando sempre, em cada momento, a natureza, os objectivos e a participação nesses espaços.

Finanças e Património

Prosseguiremos uma gestão cuidada e rigorosa dos meios financeiros e patrimoniais, na certeza de que estamos a construir um património de todos, ao serviço

dos trabalhadores da Administração Local e Regional e imprescindível para o êxito da luta. No âmbito do património, continuaremos a apostar na optimização e rentabilização por um lado, e na contínua melhoria das instalações por outro. Em matéria financeira, daremos especial atenção à definição de prioridades e responsabilidades tendo como objetivo a contenção dos custos, salvaguardando sempre a acção e actividade sindicais e a adopção de medidas que potenciem o crescimento das receitas, nomeadamente a quotização sindical, mas também, contribuindo para a criação e dinamização das Casas Sindicais onde tal for possível.

Vanda Isabel Costa Figueiredo



Sócia n.º 58193,
CM Moita,
Assistente Administrativa, 44 anos
Membro da DR de Setúbal
Membro da DN

Vera Cristina F. Horta Dóres



Sócia n.º 82316,
CM Beja,
Assistente Administrativa, 49 anos

Vítor Manuel Baião da Silva



Sócio n.º 44492,
CM Seixal,
Serralheiro Civil, 44 anos
Membro da DR de Setúbal

Vasco de Brito Soares Santana



Sócio n.º 73636,
CM Aljustrel,
Técnico de Informática, 41 anos
Coordenador da DR de Beja
Membro da DN

Vítor Feliciano Pedro Pires



Sócio n.º 13797,
Águas do Ribatejo,
Administrativo, 55 anos
Membro da DR de Santarém
Membro da DN

Vítor Manuel Teixeira Carvalho



Sócio n.º 87868,
CM Vila Real,
Soldador, 49 anos

4 DE DEZEMBRO
dá mais força ao sindicato



Actividade sindical e solidariedade internacional

Como membros da Federação Sindical Europeia dos Serviços Públicos (FSESP), continuaremos empenhados e mobilizados na luta contra as políticas neoliberais da União Europeia que ameaçam os direitos sociais e laborais e os serviços públicos, e nesse plano, aprofundaremos relações bilaterais com organizações congéneres, nomeadamente de Espanha, França e outros países do Mediterrâneo. Assim será também na luta pela Paz, cada vez mais ameaçada pelo imperialismo e pelo grande capital que não desiste de dominar o mundo, e na acção

contra os retrocessos democráticos, particularmente visíveis na América Latina e Médio Oriente, apoiando e solidarizando-nos com a luta dos povos e dos trabalhadores desses países. Neste âmbito, apoiaremos as diversas acções levadas a cabo, em particular pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, organização de que somos membros.

Contribuindo para um sindicalismo de classe, estreitaremos os nossos laços de amizade e cooperação com a UIS-SP – União Internacional de Sindicatos dos Serviços Públicos da FSM - Federação Sindical Mundial.

A luta e a acção dos trabalhadores foram decisivas para derrotar as políticas concretizadas por diferentes governos, e também no presente serão fundamentais para influenciar o rumo da política nacional e no que nos diz respeito, para valorizar as carreiras e as profissões, o poder local democrático e os serviços públicos.

Unidos em torno deste programa e nesta grande força que é o STAL, vamos conseguir!

Candidatos à Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Francisco José dos Santos Braz



Sócio n.º 13446,
SIMAR-Loures/Odivelas,
Chefe de Serviços de Limpeza, 69 anos,
Presidente da MAG

Vice-Presidente

Macário António Dias



Sócio n.º 9891,
TCB Barreiro,
Electricista de Automóveis, 62 anos
Membro da DR de Setúbal
Membro da DN

1.º Secretário

Carla Alexandre Gonçalves Alves



Sócia n.º 73623,
CM Matosinhos,
Engenheira Civil, 50 anos,
Membro da DR do Porto
Membro da DN

2.º Secretário

João José Pereira Oliveira



Sócio n.º 32854,
TUB - Braga
Agente Único, 63 anos
Membro da DR de Braga

3.º Secretário

Maria Antónia C. L. B. S. Boieiro



Sócia n.º 38711,
CM Évora,
Assistente Administrativa, 58 anos
Membro da DR de Évora

Candidatos ao Conselho Fiscal

António Lopes Marques



Sócio n.º 1837,
CM Caldas da Rainha,
Técnico de Turismo, 70 anos,
Membro do CF

António Maria Craveiro Sousa



Sócio n.º 17998,
CM Tomar,
Coordenador Técnico, 55 anos
Membro do CF

César Liberto Correia Pereira



Sócio n.º 23595,
CM Santo Tirso
Assistente Administrativo, 59 anos
Membro do CF

Frederico N. S. V. Santos Simões



Sócio n.º 81828,
SMAS Sintra
Técnico Superior, 41 anos,
Membro da DN

José Miguel Carriço da Silva



Sócio n.º 21860,
CM Alcochete,
Assistente Administrativo, 52 anos
Membro do CF